



Anais da Assembléia

N.º 87

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE SETEMBRO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 74.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 1985.

QUARTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, secretariada pelos Senhores Deputado Dirceu Manfrinato e Djalma de Almeida César.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguo Setogute, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que se conste em ata, um voto de pesar pelo passamento do Senhor AGOSTINHO ANANIAS DA CRUZ, ocorrido em 31 de agosto do corrente, na cidade de Jaguapitã.

Sala das Sessões, em 04 de setembro de 1985.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA.

Como ser humano, sentimos profundamente o desaparecimento do Senhor AGOSTINHO, associando-nos às manifestações de pesar aos familiares do extinto que era casado com a Senhora AMELIA DA CRUZ e residia na cidade de Jaguapitã, onde construiu vasto círculo de amizades, foi exemplar chefe de família, educador respeitável, merecendo com isto o carinho e o amor de todos os familiares e daqueles que como nós tiveram a oportunidade de conhecê-lo.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dada ciência à família no endereço Rua Rio Grande do Norte, 250 - JAGUAPITÃ — Pr.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício a Sra. ARLETE RICHIA, presidenta da LBA, regional do Paraná, solicitando a liberação de recursos para a manutenção das creches domiciliares do Município de Cambé.

Sala das Sessões, em 04 de setembro de 1985.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação no sentido da assistência médica a estudantes da Escola Estadual Olavo Bilac, localizada na Municipalidade de Peabiru.

A presente solicitação baseia-se em iniciativa formulada recentemente pela Excelentíssima Senhora Odete da Silva Mafra. Na condição de integrante do Poder Legislativo Municipal peabiruense, a mesma tem demonstrado insistentemente no sentido de resolver os problemas pertinentes ao Município, notadamente no que diz respeito ao setor educacional.

Deste modo, sua preocupação volta-se, neste momento, à Escola Estadual Olavo Bilac. O conjunto de seus estudantes não dispõe de assistência médica no período da tarde, uma vez que de manhã a Prefeitura tem garantido este tipo de serviço.

Face à exposição de motivos, é de se esperar dessa Secretaria de Estado da Educação dê o necessário encaminhamento ao assunto em tela, pois trata-se, sem dúvida alguma, de importante solicitação para o referido estabelecimento de ensino.

Sala das Sessões, em 04 de setembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Sr. Camilo Calazans, Presidente do Banco do Brasil, solicitando explicações sobre a determinação limitando a idade de 28 anos para realização de concurso público daquele Banco.

Entendo que a redução do limite de idade de 35 para 28 anos para realização de concurso no Banco do Brasil, não se justifica de forma alguma. Aliás, está repercutindo negativamente em todos os setores da sociedade, chegando mesmo a ser interpretado como uma discriminação inaceitável.

Sala das Sessões, em 04 de setembro de 1985.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, José Sarney; Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Dilson Funaro; Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, Fernando Lyra; Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado, Senador José Fragelli; e Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ulysses Guimarães, propondo a venda dos produtos de contrabando apreendidos pela Receita Federal, exceto os tóxicos e entorpecentes, revertendo a renda à creches e entidades destinadas ao atendimento à menores carentes, em seus respectivos Estados.

Sala das Sessões, em 04 de setembro de 1985.

(a) DIRCEU MANFRINATO
REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte no sentido do desenvolvimento de estudos visando realizar, em Campo Mourão, o Projeto Pixinguinha.

Primeiramente é de fundamental importância sintetizar os incontáveis aspectos positivos advindos do Projeto Pixinguinha, basicamente por dois fatores: proporciona maior divulgação dos valores artísticos já existentes; e permite o surgimento de novos talentos.

Entretanto, faz-se necessário ampliar o leque de apresentações do Projeto Pixinguinha, a fim de permitir que um número maior de pessoas (além do atual) possa ter a justa oportunidade ante a este tipo de evento que tradicionalmente ocorre em cidades brasileiras.

Dentro desta linha de preocupação em ampliar o campo de atuação do Projeto Pixinguinha, o presente Requerimento tem por finalidade que essa Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte estude a viabilidade de desenvolvê-lo em Campo Mourão.

Por outro lado, torna-se perfeitamente dispensável tecer maiores comentários quanto as condições que possui o Município de Campo Mourão para comportar este tipo de evento, uma vez que esta cidade conta com dois ginásios de esportes, uma Casa da Cultura e inúmeros estabelecimentos de ensino que contam com locais para esta finalidade. Ademais, o conjunto da população mourãoense sempre tem demonstrado um grande e verdadeiro interesse por todas as iniciativas que venham criar e difundir as mais variadas manifestações culturais.

Diante dos termos aludidos neste requerimento, espera-se a concretização do que ora é proposto.

Sala das Sessões, em 04 de setembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO
REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após a aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor ANTENOR RIBEIRO BONFIM, Digníssimo Secretário da Secretaria Extraordinária do Trabalho e Assuntos Comunitários, enfatizando a necessidade da instalação de uma Vaca Mecânica no Município de IVAIPORÁ, PR.

Sala das Sessões, em 04 de setembro de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

São incontestáveis os benefícios que a instalação de uma Vaca Mecânica, no Município de IVAIPORÁ propiciará à grande população estudantil.

O elevado número de crianças carentes matriculadas em estabelecimentos da rede estudantil de ensino, bem como a população infantil assistida por creches, orfanatos e demais entidades filantrópicas credenciam sobremaneira esse município para merecer esse benefício.

O benefício da Merenda Escolar, com a disponibilidade de uma Vaca Mecânica, terá condições de fabricar o leite de soja e demais derivados, enriquecendo consideravelmente a qualidade do alimento, e assim, suprir as mais elementares necessidades dos infantes, cujas famílias indis põem de recursos para o seu sustento.

A vista do exposto, solicitamos de Vossa Excelência todo o empenho para viabilizar esta justa reivindicação, que abrangerá um enorme contingente de crianças oriundas das mais humildes famílias do município de IVAIPORÁ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. DENI LINEU SCHWARTZ, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que o mesmo determine medidas necessárias para a recuperação da estrada PR-57, no trecho que interliga os distritos de Cachoeira, Campina dos Crispins e Trigolândia, no Município de Piên.

Sala das Sessões, em 04 de setembro de 1985.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

O trecho ora citado, encontra-se em precárias condições de tráfego, impossibilitando o escoamento normal das safras agrícolas produzidas naqueles distritos, causando dessa maneira, grandes prejuízos não só aos produtores mas também aos caminhoneiros que se arriscam a trafegar por aquela rodovia, trazendo como consequência grande evasão de divisas para o Estado tendo em vista as dificuldades de movimentação dos produtos comercializados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado a Sua Excelência o Senhor Deputado Nilton Friedrich, Secretário de Estado do Interior, expediente consubstanciado em solicitação para que sejam determinadas as providências cabíveis visando a urgente liberação de recursos à RADIPAR, a fim de serem sanadas as irregularidades existentes no sistema de transmissão de T.V. para o Município de Barbosa Ferraz.

Tal solicitação se faz, tendo em vista o expediente anexo - Ofício 554/CTA - 3 - de 28/8/85, do Senhor Diretor Regional do Dentel em Curitiba, através do qual relata os motivos da má transmissão dos sinais de televisão emitidos em V.H.F. para Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 04 de setembro de 1985.

(a) GILBERTO CARVALHO

Ofício n. 554/CTA3

Em 28.8.85

Do: Diretor da Diretoria Regional do DENTEL em Curitiba

Endereço: Rua Des. Otávio do Amaral, 279

Ao: Sr. Deputado Gilberto Rezende de Carvalho

Assunto: Interferência prejudicial em Barbosa Ferraz

Presta esclarecimento

Anexo: Ofício n. 545/CTA3, de 22.8.85.

Em atenção ao Ofício n. 68/85 expedido por V.Sa. temos a informar que diversos foram os contatos feitos anteriormente entre o DENTEL e autoridades de Barbosa Ferraz, inclusive o Sr. Prefeito Municipal, Sr. Arnaldo Coneglian ao qual respondemos através do Ofício n. 545 CTA3 copiado em anexo. Infelizmente os sinais de televisão emitidos em VHF (Very Higt Frequency) não se propagam por muitos quilômetros com perfeição e como Barbosa Ferraz está situada, em linha reta, a 70 Km de Maringá este sinal chegará muito enfraquecido naquela cidade e qualquer sinal de radiocomunicação emitido nesse caminho poderá prejudicar seriamente a recepção. Convém salientar que o sinal, dito interferente, pode estar sendo gerado a quilômetros de distância de Barbosa Ferraz. A sugestão dada ao Sr. Prefeito continua válida e não há condições financeiras de enviarmos uma comissão técnica para verificarmos um problema não amparado legalmente.

Cordialmente

(a) FRANCISCO DA COSTA E SILVA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a transcrição nos Anais deste Poder do artigo publicado na edição de hoje do jornal " Indústria e Comércio ", sob o título " Não há conflito regional. Questão é só de justiça ". Tal artigo faz colocações importantes e lúcidas sobre o verdadeiro golpe legalizado que a SANEPAR está aplicando nas empresas do Paraná, ao licitar a obra do sistema de água de Londrina e Cambé. A posição do jornal já referido é de brava e corajosa defesa da iniciativa privada do Paraná. Assunto já debatido, ou melhor, abordado da tribuna desta Assembléia, essa concorrência pública é visivelmente orientada para um grupo econômico localizado fora do nosso Estado. A falta de debate - por isso ficamos na abordagem unilateral da matéria é porque ninguém trouxe, até hoje, as razões da SANEPAR para baixar um edital de licitação tão draconiano contra o empresariado do Paraná. O silêncio do Governo José Richa sobre as denúncias que este Deputado tem feito, é a cabal confissão de que dita concorrência é suspeita e anti-paramista.

Requeiro que se dê ciência do presente ao jornalista Cedone Martins Fortes, Diretor-Presidente do " Indústria e Comércio ".

Sala das Sessões, em 04 de setembro de 1985.

(a) AIRTON CORDEIRO.

Projetos de Lei:

Projeto de Lei n. 181/85.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a BANESTADO CLUBE S/C, com sede e foro no Município de Curitiba, neste Estado.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de setembro de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A entidade supra mencionada, trata-se de uma Sociedade Civil, sem fins lucrativos conforme estipula o artigo 1º de seus próprios estatutos sociais.

Os seus diretores, membros do conselho fiscal, e dirigentes não recebem, por seu trabalho, qualquer tipo de remuneração, mas entretanto cumprem os objetivos da Sociedade de maneira firme, prática e determinante.

Os objetivos daquela são a prestação de assistência previdenciária a seus associados, mediante pecúlio ou contratação de seguros coletivos e também a prestação de outros serviços de interesse social.

Cumpram outros de seus objetivos, com grande empenho que é o auxílio a entidades filantrópicas. Realiza neste campo de atuação campanhas e atividades de caráter assistencial, educacional, cultural e esportivo.

Os seus dirigentes não evitam esforços, para que suas metas sejam amplamente conquistadas, como se pode notar através das inúmeras atividades concluídas.

Todos nós temos a obrigação de continuar estimulando empreendimentos de tal envergadura, tanto pela sua denotada contribuição prestada aos seus associados, como os que presta a entidades de cunho filantrópico e social, estranhas ao seu meio.

Portanto, por preencher todos os requisitos necessários, deve ser declarada de UTILIDADE PÚBLICA.

PROJETO DE LEI N. 182/85.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O art. 1º da Lei n. 5436 — de 24/12/66 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º — Fica criado, no município de Castro, o Distrito Administrativo e Judiciário de Carambei, com sede na localidade do mesmo nome, e divisas seguintes: começa na foz do arroio do Areião, no Rio Pitangui, sobe por este até alcançar a sua foz no rio Tibagi, sobe por este até o Rio do Cotia, pelo qual sobe até sua cabeceira, donde segue rumo sudeste pelo divisor das águas do Rio Pitangui e Lapó até atingir a Estação Tronco, de onde alcança a cabeceira de um afluente que nasce próximo a referida Estação, daí desce o referido afluente até sua foz no Rio Jotuba e por este até sua cabeceira de onde por uma linha seca, alcança a nascente do arroio Areião e, por este abaixo até sua foz no Rio Pitangui, ponto de partida".

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de setembro de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo e Judiciário de Carambei, no Município de Castro, foi criado pela Lei n. 5409 de 20/10/66, com as divisas que especificava posteriormente, a Lei 5436 de 24/12/66, veio criar novamente o Distrito Administrativo e Judiciário de Carambei, com novas divisas ocasionando sérios transtornos à administração municipal.

Com o presente plano de Lei estamos, de comum acordo com o Executivo Municipal, restabelecendo as divisas an-

teriores do atual Distrito de Carambei que vem proporcionar, através de linhas geodésias definidas, uma caracterização mais compatível com o atual perímetro do território de Carambei..

É o projeto que apresentamos e temos a certeza merecerá o total apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Adhail Sprenger Passos) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na condição de Deputado representante do Município de Matinhos, venho fazer, de público, um agradecimento ao Sr. Governador José Richa e ao Secretário de Finanças, Vice-Governador, João Elísio Ferraz de Campos, pela liberação de um bilhão e 200 milhões de cruzeiros que serão destinados à complementação do calçadão que liga Caiobá — Matinhos, bem como, o término da obra de Gabiões, para dar mais segurança e tranquilidade aos milhares de veranistas que para lá se dirigem nas temporadas.

É evidente que a liberação destes recursos são de grande importância não só para o Município de Matinhos, mas para todo o Estado do Paraná, pois, os turistas que para lá fluem são das mais longínquas regiões deste Estado.

E tendo sido eu um Deputado que muito batalhou para que estes recursos fossem carreados para aquelas obras, muito lutou junto ao Governo do Estado para que estes recursos fossem alocados, vejo, com muita satisfação, para terminar uma obra tão importante como aquela que foi iniciada e não concluída por falta de recursos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixo aqui o meu mais profundo agradecimento às pessoas, ao Governador e Vice-Governador, porque foram eles, sem dúvida alguma que permitiram que esta nossa propositura se tornasse realidade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Adhail Sprenger Passos) Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França.

Ausente. Encerrado o Horário do Expediente, passamos ao Horário das Lideranças. A Mesa consulta a Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

Ausente. Consulto a Liderança do PMDB.

Ausente, consulto a Liderança do PDT.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL.

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n. 217/84, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que dispõe sobre a Organização dos Municípios e dá outras providências. Com Parecer Favorável e Emendas da Comissão Especial, por unanimidade. Com Emendas de Plenário. Aprovadas neste turno as Emendas Comissão Especial de 01 a 04, e por apreciar as de números 01 a 09, de Plenário. Em Regime de Urgência. —

A Mesa vai colocar em votação a Emenda n. 01, de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Vossa Excelência precisa colocar em votação o projeto, inicialmente.

O SR. PRESIDENTE — (Adhail Sprenger Passos) O projeto já foi votado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu requeiro verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Pela Ordem, Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Adhail Sprenger Passos) Atendendo a solicitação do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, tenho a afirmar que estamos impossibilitados de atender a solicitação do nobre Deputado, porque não colocamos ainda em votação para poder fazer a verificação de votação.

Em votação a Emenda n. 01, ao Projeto de lei mencionado, de iniciativa do Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Pela Ordem) Informo a Vossa Excelência se poderia retirar verbalmente a Emenda n. 06, que é de minha autoria, porque analisando, Sr. Presidente, no curso da tarde de ontem, sobre o projeto de lei complementar que dispõe sobre organização dos municípios, chegamos à conclusão, Sr. Presidente, de que a emenda é inconstitucional e acreditamos mesmo, não deveria nem sequer ter sido recebida pela Mesa, em virtude de tratar sobre pensão a prefeitos, o que deveria ocorrer e pretendemos fazer isso, encaminhando uma emenda à Constituição do Estado, que deve tratar sobre o assunto, visto que a Constituição Federal é a que trata sobre Presidente da República e Governador do Estado.

Então, estamos retirando a Emenda n. 06, para posteriormente, encaminhá-la como emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE — (Adhail Sprenger Passos) Esta Presidência acolhe o requerimento do nobre Deputado Caíto Quintana, retirando do processo a Emenda n. 06, de sua autoria.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela Ordem) Sr. Presidente, levando para apreciação de Vossa Excelência, a seguinte Questão de Ordem. As Emendas de ns. 01, 02, 03, 04 e 05, a de n. 06 o ilustre Deputado Caíto Quintana já pediu a retirada.

Entendo, Sr. Presidente, que estas emendas são matérias estranhas ao corpo da lei.

Pretendem os ilustres autores transformar o município em órgão previdenciário, que é matéria completamente estranha à atualização da lei que se propõe.

Lembro a Vossa Excelência, Sr. Presidente, que a matéria que trata de pensão vitalícia para o Presidente da República e para os Governadores de Estado, são matérias tratadas constitucionalmente e não através de uma lei complementar que não tem nada a ver com o que propõe essas emendas.

Diante desta exposição, levando a questão de ordem, para que a Mesa devolva aos autores, por se tratar de matéria estranha, totalmente estranha, a matéria que está sendo discutida e votada por esta Assembléia.

É a questão de Ordem que formulo a Vossa Excelência.

O SR. FERRARI JÚNIOR - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos) - Com a palavra o Senhor Deputado Ferrari Júnior; por uma questão de Ordem, esta Presidência reserva o direito de posteriormente resolver a Questão de Ordem do Senhor Deputado Trajano Bastos, depois de ouvir o Senhor Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós estamos propondo, juntamente com o Senhor Deputado Tadeu França, a Emenda n. 5 ao Projeto de Lei Complementar n. 217/84.

Realmente, em função da movimentação referente a esta matéria 217, a matéria que seria votada com uma certa urgência, nós fizemos a proposta, não de uma pensão vitalícia ao Vereador ao final do seu mandato, como se pretende propor a Prefeitos em emendas anteriores, mas estamos propondo ao Vereador que vier a exercer o cargo em caráter efetivo e que perder as condições físicas de trabalho durante o exercício de mandato eletivo, uma pensão mensal e vitalícia equivalente à parte fixa de cargo de Vereador, extensiva, naturalmente, à viúva, enquanto viver, e, na sua ausência, aos filhos menores do Vereador, nobre Presidente, nós entendemos que a medida é das mais justas. Contudo, analisando no decorrer deste período, a parte legal daquilo que estamos propondo, repito, juntamente com o Senhor Deputado Tadeu França, entendemos que esta emenda, se aceita pelo plenário, ficaria muito bem, como emenda à Constituição do nosso Estado.

Portanto, requeremos de Vossa Excelência a retirada da Emenda n.5 a que nos referimos, além, também da Emenda n.4. Portanto, solicitamos a retirada das Emendas 4 e 5 de nossa autoria com o Senhor Deputado Tadeu França, repetindo que nós as apresentaremos como emenda à Constituição do Estado do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - A Mesa defere a retirada das Emendas n. 4, 5 e 6, solicitadas pelos seus respectivos autores.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, entendo que está em fase de votação, com discussão encerrada, e não cabe, agora, a retirada da emenda. Vossa Excelência está anunciando a 2, 4, 5, e 6?

O SR. PRESIDENTE - Está em discussão a Emenda n. 1.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Respondo à Questão de Ordem levantada pelo nobre Deputado Trajano Bastos, a Mesa entende que, nesta fase em que se encontra, inclusive, em votação, não encontra amparo no Regimento Interno para fazer a retirada, muito embora entenda a Mesa de que realmente trata-se de matéria que deveria ser abordada na Constituição. Mas, no Regimento, nós não vemos como a retirada, a não ser por solicitação direta de seus autores.

Em votação a Emenda n. 1 de Plenário, de autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho.

Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

Rejeitada a emenda.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, em primeiro lugar, informo a Vossa Excelência que foi votado ontem um requerimento para que esta votação fosse nominal, e, ontem, não deu quorum para votação.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa entende que o requerimento de votação nominal foi quanto à sessão de ontem, que não houve quorum.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Requeiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Requeremos chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que faça a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(O Sr. 1.º Secretário procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - O Senhor 1.º Secretário procede a chamada nominal dos Senhores Deputados. Vinte e oito Senhores Deputados responderam à chamada.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) - Solicito que me seja informado, através de certidão, quais os Deputados que faltaram à presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa defere o requerimento e solicita do Senhor Secretário que providencie a certidão solicitada. Em face do número levantado, não há quorum para deliberação, apenas para prosseguimento da sessão.

DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 182/84, de autoria do Senhor Deputado LEONIDAS CHAVES, que denomina "ISRAEL MARTINS" a Rodovia PR-364, no trecho que interliga os Municípios de Guarapuava, passando por Goioxim, Marquinho e Palmital, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N. 182/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica denominada "Israel Martins" a rodovia Estadual PR-364 - no trecho interligando os municípios de Guarapuava - passando por Goioxim - Marquinho, Palmital.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1984.

(a) LEONIDAS CHAVES

JUSTIFICATIVA:

Com o presente Plano de Lei pretendemos prestar uma justa homenagem a Israel Martins, um dos grandes batalhadores do desenvolvimento daquela região de nosso Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 182/84

PARECER:

O projeto de lei ora em estudos visa denominar "Israel Martins" a Rodovia Estadual PR 364, no trecho que liga os Municípios de Guarapuava e Palmital, de autoria do nobre Deputado Leônidas Chaves.

Não ferindo, a iniciativa em exame, qualquer preceito constitucional, e inexistente objeção por parte da Secretaria de Estado dos Transportes, somos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente.

GILBERTO CARVALHO

Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N. 182/84

PARECER:

SÚMULA: Dá denominação a PR-364, trecho que interliga os Municípios de Guarapuava, passando por Goioxim, Marquinho à Palmital.

Pretende o Deputado Leônidas Chaves, com a proposição sumariada, homenagear o Senhor ISRAEL MARTINS, oferecendo ao trecho da Rodovia PR-364, que interliga os Municípios de Guarapuava, passando por Goioxim, Marquinho à Palmital.

Sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, houve pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar sobre o mérito da proposição, temos que, nos termos da justificativa apresentada pelo autor é das mais meritórias a homenagem que se pretende prestar, pois foi um dos grandes batalhadores do desenvolvimento daquela região de nosso Estado.

Assim sendo, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei em questão.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1985.

(aa) ACIR MEZZADRI

Presidente

IVAN GUBERT

Relator.

DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 15/85, de autoria do Deputado NILSO SQUAREZI E OUTROS, que declara de utilidade pública a entidade "LAR DOS VELHOS DESAMPARADOS DE LOANDA", com sede e foro no Município de Loanda. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. n. 10, de 12/03/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 15/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado NILSO ROMEU SQUAREZI, tem por finalidade declarar de utilidade pública o Lar dos Velhos Desamparados de Loanda, com sede e foro no Município de Loanda neste Estado.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria — Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

HERMAS BRANDÃO — Relator.

DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 95/85, de autoria do Deputado NILSO ROMEU SQUAREZI, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO PATOBRANQUENSE DO MEIO AMBIENTE" — APAMA, com sede e foro no Município de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. 49, de 30/5/85)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 95/85.

PARECER.

O presente plano de lei n. 95/85, de autoria do nobre Deputado Nilso Romeu Sguarezi, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Patobranquense do Meio Ambiente — APAMA, com sede e foro no Município de Pato Branco.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela Legislação pertinente a matéria — Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence de sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Adhail Sprenger Passos) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Agostinho Ananias da Cruz, ocorrido no dia 31 de agosto próximo passado no Município de Jaguapitã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação da estrada PR - 57, no trecho que interliga os Distritos de Cachoeira, Campina dos Crispins e Trigolândia, no Município de Piên. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Secretaria Extraordinária do Trabalho e Assuntos Comunitários, encarecendo a instalação de uma vaca mecânica no Município de Ivaiporã. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no jornal "Indústria e Comércio", sob o título "Não há conflito regional. Questão é só de justiça". Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo estudos para realização do Projeto Pixinguinha no Município de Campo Mourão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo a assistência médica aos estudantes da Escola Estadual Olavo Bilac do Município de Peabiru. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministros da Fazenda,

da Justiça, Presidente do Senado e Presidente da Câmara dos Deputados, propondo a venda dos produtos de contrabando apreendidos pela Receita Federal, exceto os tóxicos e entorpecentes, revertendo a renda a creches e entidades destinadas aos atendimentos a menores carentes. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, encarecendo explicações sobre a determinação limitando a idade de 28 anos para a realização de concurso público daquele Banco. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Presidente da LBA, Regional do Paraná, encarecendo a liberação de recursos para a manutenção das creches domiciliares do Município de Cambé. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, consubstanciado em apelo de recursos à RADIPAR, para serem sanadas as irregularidades existentes no sistema de transmissão de TV no Município de Barbosa Ferraz. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 05, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n. 217/84. e do Projeto de Lei n. 321/84.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns. 182/84. 11. 15. 30, 35, 45, 95 e 133/85.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n. 85/84.

Marca, ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução ns. 68 e 69/85.

Levanta-se a Sessão.